

ASPECTOS GEOPOLITICOS DE UMA ZONA DE FRICÇÃO: O CASO PERUANO NA TRIPLICE FRONTEIRA DO NOROESTE BRASILEIRO

Wendell Teles de Lima¹

Ana Maria Libório de Oliveira²

Iatiçara Oliveira da Silva³

Resumo

O Peru na fronteira é ainda um tema pouco explorado na geopolítica, tendo como perspectiva a ação friccional na constituição da fronteira noroeste amazônica. Destacamos a importância desse país no próprio processo de construção amazônica, tendo como ponto de partida distintas projeções de poder de cada Estado territorial na busca da consolidação de um sistema regional. Assim, procuramos entender a fronteira numa perspectiva do estabelecimento de campos de forças e, ao mesmo tempo, em um órgão dos Estados, necessária ainda nos dias atuais, e sobretudo, quando se trata de Amazônia e projetos geopolíticos.

Palavras-chave: Peru, Fronteira, Fricção.

Aspectos geopolíticos de una zona de fricción: el caso peruano en la triplice frontera del noroeste brasileño

Resumo

El Perú en la frontera es todavía un tema poco explorado dentro del geopolítica, teniendo como perspectiva la acción friccional en la constitución de la frontera noroeste amazónica. La importancia de ese país fue fundamento en el propio proceso de construcción amazónica, teniendo como punto de partida los procesos de proyecciones que cada Estado territorial objetiva a través de la búsqueda de la consolidación en sistema regional, por lo tanto, entender la frontera en una perspectiva del establecimiento de fuerzas y, al mismo tiempo, en un aspecto de los Estados, es necesaria aún en los días actuales, y sobre todo, cuando se trata de Amazonia y proyectos geopolíticos.

Palavras Claves: Perú, Fronteira, Fricção.

¹ Doutor em Geografia. Professor do Centro de Estudos Superiores de Tabatinga - Universidade do Estado do Amazonas/ CSTB-UEA.

² Doutoranda em Ciências da Educação na Universidade do Minho - Portugal, Mestra em Estudos Amazônicos pela Universidade Nacional de Colômbia - UNAL/CO. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFB / campus Estrutural.

³ Mestra em Genética e Evolução pela Universidade Federal de São Carlos. Professora do Centro de Estudos Superiores de Tabatinga - Universidade do Estado do Amazonas / CSTB-UEA.

Introdução

A constituição de uma zona de fricção na fronteira amazônica é dada pelo estabelecimento de forças constituídas por processos de construções dos Estados territoriais na região. Tem-se como caso emblemático a Tríplice Fronteira ao noroeste do nosso país, constituída pelo Brasil, Colômbia e Peru. Apesar de se pensar recorrentemente que Letícia (COL) acarrete em um polo preponderante nas ações fronteiriças, o Estado peruano desde o final do século XIX até hoje constitui um ator importante na trama do poder nessa região por meio de forças friccionais fronteiriças.

Pergunta-se de que forma ocorre o processo de projeção peruana ao longo da fronteira noroeste amazônica, algo ainda pouco analisado. Diante disto, vê-se a necessidade de compreensão das relações de poder nessa vasta região amazônica. O trabalho é desenvolvido na perspectiva das relações de poder dos Estados, mais exatamente nas formas que essas ações são conduzidas e canalizadas para a fronteira.

O Peru já foi reconhecido como um país subimperialista no conjunto do subcontinente sul-americano, denotando sua importância quando se considera a ideia de fricção e a concepção de projeção territorial nas fronteiras dos países amazônicos.

O processo de consolidação das fronteiras peruanas ocorre diante do contexto da busca da (re)tomada de sua parte amazônica, seu espaço vital perdido ou não oficializado até os tempos modernos. É essa região em disputa que traz novas e antigas controvérsias em função de seu contato fronteiriço com Colômbia e Brasil. Portanto, a repercussão das ações peruanas é sentida nessa zona de contato tão importante nas estratégias geopolíticas desses três países, por vezes com o intuito de expandir jurisdições através da projeção de poder nas áreas limítrofes.

A análise das projeções espaciais de poder, de acordo com Parker (1998), caracteriza-se por meio do exame dos próprios objetos e suas características, a avaliação das interações entre os objetos espaciais e os padrões produzidos. Tem-se como método específico a análise do poder numa perspectiva territorial projetiva, baseada nas ideias de Harsthorne (*apud* Duarte). Centramo-nos no levantamento dos elementos do poder, numa perspectiva do espaço territorial considerado, de forma que sejam entendidas as relações entre as unidades políticas. Harsthorne

(1950) levantava uma série de aspectos (físicos, humanos e econômicos) relativos ao Estado, incorporando a dimensão geográfica conforme Machado (1998), repercutindo interna e externamente ao fenômeno observado.

As dinâmicas espaciais de poder na tríplice fronteira

Nossa pergunta de partida é de que forma originam-se as fricções fronteiriças tendo em vista o surgimento de novos processos de ocupação ao longo dos limites entre Tabatinga (BR) e Letícia (COL). A fixação de um limite é um marco fundamental para a proteção de um país e das partes que constituem a fronteira. No entanto, os sinais ou marcos colocados na linha de fronteira são, segundo Raffestin (1993), pensados e idealizados, portando, são signos do estabelecimento de um poder e força, muitas vezes dentro de uma perspectiva de um futuro alcance, ou seja, de uma projeção e pretensão futura.

No caso do processo intenso de urbanização ocorrido entre as cidades de Tabatinga (BR) e Letícia (COL), a maioria dos marcos, conforme Arbelaez (2016), foram incorporados na paisagem urbana.

Uma das dinâmicas mais contundentes na tríplice fronteira é, sem dúvida, o processo migratório. O contingente populacional estabelecido ao longo dessa linha fronteiriça resulta no novo processo de expansão da fronteira brasileira. A migração e a urbanização constituem, portanto, elementos estratégicos de projeção e de fricção em zonas fronteiriças de limites tênues, onde o atrito de interesses, como nesse caso da tríplice fronteira, muitas vezes, não é observado em um primeiro olhar.

As questões relacionadas à unificação dos mercados com o advento da globalização trazem o mito da abertura das fronteiras e sua supressão, ao mesmo tempo, cria-se a ideia de culturalismo e harmonização entre comunidades vizinhas, esquecendo-se o sentimento de nacionalidade e as pretensões projetivas dos atores territoriais sintagmáticos, como o caso emblemático dos Estados territoriais. Isso posto, resulta em uma dificuldade teórica em entendermos as forças vigentes na fronteira e a permanência dos embates territoriais:

Os novos conceitos da geografia política apresentam graves problemas epistemológicos, caso da dificuldade de definição e delimitação das zonas transfronteiriças em relação às soberanias estatais, caso da reificação da ideia-força de “economia mundo” com a desvalorização de seu constructo

político em nome do determinismo de suas estruturas técnicas hegemônicas. Em síntese, a geografia política atual é incapaz de perceber o conteúdo ideológico do discurso da “abertura de mercados” presente nessa forma quase metafísica de compreender a “economia-mundo. (ALBUQUERQUE, 2010, p.70).

Em direção ao Realismo e numa perspectiva geopolítica, Rodrigues (1947) atenta que as forças divergentes das políticas dos Estados Nacionais localizavam-se em pontos nevrálgicos ou pontos de contatos com o território nacional. Essas linhas de choque, em sua visão, localizavam-se em três pontos, sendo: Amazônia Ocidental, Centro Oeste e Sul. Demonstrado assim, a representação de um ponto de fricção, pode-se esclarecer que o geopolítico foi um dos primeiros a reconhecer os problemas relacionados a fronteira e, sobretudo, o ponto doloso mais a noroeste da Amazônia.

Ao longo desse processo a ação do Estado peruano em sua fronteira amazônica contou com o artifício do processo de migração em direção aos países amazônicos limítrofes.

A premissa fundamental na constituição de um campo de forças na fronteira amazônica é, de acordo com Machado (1998), de que a fronteira está orientada para fora (forças centrífugas). No caso amazônico, as fronteiras consolidam-se por meio das conquistas, conforme Moraes (2002), assegurando os fundos territoriais que vão servir como parte constituinte da formação do corpo do Estado. Uma das grandes preocupações da política estratégica brasileira é de fortalecer a presença do país, entretanto, países como Colômbia e Peru também seguiram essa estratégia e talvez com maior sucesso.

Do lado colombiano tem-se a fundação de Letícia (COL) na zona do Trapézio Amazônico, que resguarda a presença desse país no condômino amazônico da grande bacia de drenagem, dando acesso a principal calha desse sistema hidro-demográfico.

A luta colombiana para se manter na Amazônia passa pelo acesso a bacia de drenagem, consolidado através de partilhas territoriais, conforme a figura 1, que resultou na perda de mais de um terço de seu território no século XIX devido à fragmentação territorial do reino espanhol no subcontinente sul-americano.

Figura 1: A Grande Colômbia



Fonte: Revista Geopolítica Transfronteiriça (2017).

O mesmo ocorreu com o lado peruano, onde comparando-se a perda territorial desse país com o caso colombiano tivemos mais que o triplo da área territorial perdida. Tirando o Equador, todos os demais países da Grande Colômbia conseguiram permanecer na bacia amazônica conforme demonstra Galindo e Cortes (2017).

En 1810 se obtiene la independencia de España, creándose la Gran Colombia, la cual incluía las actuales repúblicas de Venezuela y Ecuador. Debido a luchas y liderazgos internos se fortalecen los movimientos separatistas, dividiéndose más tarde en las actuales tres naciones.

En lo que respecta al tamaño y forma del territorio colombiano, se observa la pertenencia de Panamá y la gran extensión de la provincia del Cauca, quien, para la época, limitaba con el imperio del Brasil, hasta la desembocadura del río Putumayo en el río Amazonas (para España), (Solimoes para los portugueses). Se observa igualmente como Colombia poseía territorios que hoy pertenecen a las repúblicas de Perú y Ecuador. (GALINDO; CORTES, 2017, p. 6-7).

Apesar das ameaças subimperialistas peruanas em sua tentativa de recuperar o espaço vital perdido ao longo de sua formação na região amazônica, este país conseguiu manter-se através da instalação da capital (Lima) na Zona de

Trapézio e que lhe deu hegemonia em todo o Alto Solimões, revigorando e fortalecendo sua presença na fronteira.

No início do século XX, a primeira tentativa de reconquista do espaço vital peruano na região amazônica foi via província de Loreto (PE), dada por uma ação bastante conhecida a partir da capital dessa província peruana, a cidade de Iquitos (PE), e antes mesmo da fundação de cidade de Letícia (COL).

Estratégias geopolíticas de ação na região amazônica

A base avançada de Iquitos (PE) serviu ao processo de ocupação peruana ao longo do século XIX e início do XX. Outros distritos como Santa Rosa, Islândia, Cabalococha e Nauta são bases de apoio para o projeto do Estado peruano e estão às margens do grande rio ou próximo de seu canal principal - o Amazonas -, ou seja, a parte mais ao nordeste da Amazônia peruana. Essa rede no padrão dendrítico favoreceu a ligação e o apoio ao povoamento dessas cidades.

Em suma, a disputa por poder no espaço amazônico girou em grande parte em torno dos rios, onde o grande prejudicado foi sem dúvida a Bolívia:

No período da emancipação política e de formação dos Estados sul-americanos, os rios eram sinônimos de lógica nacional. Ter acesso à margem do rio assegurava a condição de "ribeirinho", o que, graças, às guerras empreendidas pelo Brasil., passou a ser sinônimo de ter direito à navegação da nascente, à embocadura. Em síntese, mais importante do que é do litoral do Pacífico, para ter acesso à Europa e à costa leste americana (Atlântica), era preciso que a Bolívia tivesse a acesso ao Rio Amazonas ou à Bacia do Prata (Rios, Paraguai, Paraná, Uruguai), dos quais o único que passa pela Bolívia e do rio Paraguai. (SEBBEN, 2007, p.18).

A própria questão geográfica física e a distribuição populacional facilitaram ao longo do tempo a atuação peruana na fronteira; seu projeto nacional junto com a pressão migratória pode ocorrer de forma mais clara e intensa ao longo do limite com a fronteira brasileira. As forças externas de fricção dada pelo contingente populacional trouxeram um conjunto de bases auxiliares comandada pela cidade de Iquitos através de distritos em torno da região do trapézio colombiano.

Entretanto, os fluxos ilegais também repercutem na fronteira colombiana, como é o caso do narcotráfico, através do escoamento de drogas ilícitas.

Em escala regional, a província de Loreto é a única no caso amazônico peruano que constitui fronteira com três países amazônicos, e que é a mais interiorizada, determinando seu grau de ação nos séculos XIX e XX como a principal protagonista dentro de uma ação de projeção amazônica. Isso resultou, não por acaso, em problemas relacionados com a Colômbia nos anos de 1930. E na disputa pela cordilheira do Condor, com reivindicações territoriais e conflitos entre Peru e Equador nos anos 1940, e que volta a surgir nos anos 1990.

A província de Loreto desde do final do XIX e início do XX passou a ser a principal protagonista, e ao mesmo tempo, base de apoio para os projetos geopolíticos peruanos que repercutem em toda a fronteira dos países limítrofes, reforçando a ideia de zona de fricção (figura 2).

Figura 2 : Rede Urbana Peruana Estratégia Territorial para o Adensamento Populacional da Fronteira



Fonte: www.amblecotechristiancentre.org.

Ainda com base na figura 2, pode-se analisar que a cidade capital de Pucallpana, na província Ucayali, representa uma das bases avançadas em direção a parte mais noroeste da Amazônia. A construção da rodovia transoceânica entre Brasil e Peru capturou a parte mais ao sudoeste amazônico brasileiro para as forças do sistema geográfico do Pacífico Sul. O grande emaranhado como se observa na figura 2 gira em torno do centro nervoso, ou seja, do comando do território peruano

sediado em Lima, atual capital do país, tirando o isolamento dessa porção amazônica e do Estado do Acre.

A Transposição da Cordilheira dos Andes para o geopolítico brasileiro Mário Travassos deveria ocorrer justamente pelos Pasos e Nudos, ou seja, caminhos de ligação e rebaixamento para a transposição desse maciço de pedra que poderia ser facilitado por essas estruturas fisiográficas. Dentro dessa perspectiva, olhando o lado fronteiro brasileiro, o plano de Travassos de transpor a cordilheira ocorreu através do sul amazônico com o contraponto peruano, tendo em vista a incorporação e dinamismo da parte amazônica liderada por Pucallpa ligada ao centro nervoso do país constituído pela cidade de Lima.

Esses problemas em torno das questões fronteiriças e o fim das pretensões imperialistas na região foram vistas por Travassos através da junção de forças de dois sistemas extrovertidos compostos pelo Atlântico e Pacífico, e que teriam como ponto de equilíbrio a região amazônica, que poderia até mesmo neutralizar qualquer pretensão imperialista sul-americana, conforme abaixo:

Concerning about of the dualism how was marked, Travassos (1930) characterizes the acting forces as concentric in the amazon region along the system in view of the control of good part of the amazon navigability are inside the Brazilian territory, however, that should be attention object of the territorial politicises and that in the vision of this geopolitic could be fundamental in the silver geographical system capitation, but at the same time, the attention in function of a turning geopolitics in Argentina in his hegemony increase via Bolivia who could affect the amazon system, other point as already put it would be the north american proximity via Colombia and Venezuela. The preoccupations with Brazil amazon still reflect in the current days as in the defense's comprehension and national [...]. (LIMA *et al*, 2017, p.17).

Machado (1998) atenta-se para os processos migratórios existentes de novas áreas ao longo da linha fronteiriça formada por peruanos e colombianos. A autora reconhece que a ideia de linha abstrata para essas fronteiras, ligadas à segurança nacional, que ao se tornarem legítimas dão respaldo à segurança nacional, porém na maioria dos casos ocorre apenas no plano teórico, ficando aquém da realidade.

Martin (1997) aborda que o limite é demarcado através de um tratado pelas partes envolvidas, onde não se pode esquecer em nenhum momento que os limites não são eternos, mas podem ser revisados ao longo do tempo, uma vez constatado novas dinâmicas territoriais que exijam ajustes delimitadores. Os limites fazem parte

do jogo geopolítico, onde a lei da fricção do Estado mais atuante avança, ultrapassando os limites existentes e visando a futura incorporação de novas áreas.

Raffestin (1993) aponta que a função dos limites é apaziguadora, e ao mesmo tempo, é de reconhecimento das partes estabelecedoras, ou seja, dos Estados contratantes por meio do acordo de uma jurisdição reconhecida pelos seus componentes, evitando o conflito geral. Alerta-se até onde essas forças centrípetas - que já foram forças centrífugas e se tornaram as primeiras - não causam uma problemática em relação aos limites nas zona de fronteira.

Do lado brasileiro, o vale do Javari é uma das sub-regiões que sofre o maior impacto das novas condicionantes geopolíticas do espaço amazônico. Atualmente, as ações peruanas envolvem a exploração do caucho e os madeireiros, os traficantes, a migração, a invasão de áreas de reservas ambientais e indígenas, representando por vezes uma ameaça aos recursos naturais brasileiros. Tem-se sentido as ações das empresas mineradoras e petrolíferas do outro lado da fronteira, ocasionando derramamento, por exemplo, de mercúrio do lado amazônico peruano e a exploração do gás, como apresentado no quadro 1.

Quadro1: Problemas fronteiriços na fronteira noroeste amazônica
Desmatamento
Migração Intensa
Narco tráfico
Exploração Legal de Produtos Naturais

Fonte: Autores.

Os processos ocorridos na Amazônia peruana têm como pano de fundo a estratégia de ocupação. Um dos elementos utilizados como pressão, como já colocado, foi o processo migratório estimulado a partir da província de Loreto, e substituindo a cidade de Iquitos que não conseguiu manter o dinamismo na vasta região do Alto Solimões:

A corrente migratória de peruanos na tríplice fronteira é constituída majoritariamente por migrantes oriundos da selva peruana. Trata-se de um fluxo migratório que se deslocou, num primeiro ciclo, dentro dos próprios limites regionais. Considerando que a distância para a capital limenha era

absurda para as possibilidades de traslado das populações, a migração se deu, primeiramente, dos pequenos povoados e aldeias interioranas para as maiores cidades da região, tais como Arequipa, Iquitos, Yurimaguas e Pucallpa. Somente num segundo processo migratório é que houve um novo direcionamento desse fluxo, em larga escala para o Chile e, posteriormente, para a Amazônia brasileira. A entrada com maior relevância de peruanos em território amazônico se deu a partir de meados da década de 1980 e da primeira metade da década de 1990. (OLIVEIRA, 2006, p. 188).

Isso implicou diretamente em múltiplas ações em diferentes direções, sendo que uma delas sem dúvida foi o Vale do Javari no território brasileiro, em função da ausência do Estado brasileiro, da grande extensão territorial e da falta de uma integração territorial mais contundente e estratégica.

A cidade de Atalaia do Norte não conseguiu torna-se um porto avançado e de adensamento populacional no Vale do Javari. A criação de uma reserva ambiental trouxe sérios problemas econômicos não só para ela mas para a cidade Benjamin Constant, resultando na quebra da atividade madeireira por conta da exploração legal e ilegal do lado peruano, que passa a ter como área exploratória o próprio território brasileiro. A constituição dessa grande área tampão terminou jogando esse grande território no marasmo econômico.

A própria ausência do Estado brasileiro trouxe a abertura para o narcotráfico. Mesmo com a presença dos pelotões de fronteira no lado brasileiro, essa atividade ilegal ganha força. É evidente que o traficante não é somente de origem peruana, o que se questiona é o fortalecimento dessa atividade em razão da ausência da fiscalização do lado brasileiro, o que repercute diretamente no lado peruano incrementando a atividade como rota.

O avanço das ações peruanas ocorre também na atividade mineradora e na extração de gás, e que implicam diretamente no incremento do processo migratório peruano e na elasticidade da fronteira peruana em direção ao território brasileiro.

Visões do Estado peruano

Tendo como ponto de partida as estratégias geopolíticas do Estado peruano levanta-se a hipótese de que as bases avançadas ou "enclaves geopolíticos" tinham como objetivo conter possíveis pretensões e potencializações de reivindicações fronteiriças dos demais países limítrofes. É verdade que, todavia, o esforço das ações geopolíticas nem sempre foram bem-sucedidos.

O acordo de devolução de Letícia (COL) trouxe sérias consequências à configuração territorial peruana, tendo em vista praticamente o fechamento do grande canal para sua saída ao Atlântico. Ao inverso do Brasil e da Colômbia que conseguiram se estabelecer nas margens da bacia, as dificuldades fisiografias do lado peruano não foram favoráveis com a instalação de grande centro ou de base avançada que tivesse o mesmo poder de Letícia e Tabatinga.

Essa percepção teve o Brasil através dos anos 1980 com a elevação de Tabatinga, e que resultou no esvaziamento econômico e político da cidade de Benjamin Constant. Quanto ao Peru, as demais bases avançadas não conseguiram entrar no circuito político e econômico dessas relações que tenderam a se robustecer entre Letícia e Tabatinga.

O distanciamento de Iquitos (PE), apesar de ser maior do que essas duas cidades juntas, pesou contra os objetivos geopolíticos peruanos, marcado hoje sob a égide da frustração em não conseguir manter-se no canal principal em função de que boa parte de suas terras amazônicas sofre a sazonalidade das subidas das águas.

Apesar disso, não se pode pensar em uma ação nula do Estado peruano no campo geopolítico. A migração e a fundação de Loreto foram fundamentais para ampliar a pressão demográfica peruana na região. Na realidade procurou-se um contrapeso à falta de uma cidade no limite fronteiro e à devolução de Letícia para a Colômbia:

Ainda no final do século XX e início do século XXI observamos que a pressão peruana é vista sobre a fronteira brasileira tendo como parte integrante dessa trama a Província de Loreto (PE) conforme dito foi a grande financiadora desse processo expansivo da Amazônia peruana, patrocinadora do processo de exploração de recursos naturais conforme *nogueira (2007a)* trazendo sérias consequências ambientais pela pressão de exploração madeireira na região do vale do Javari. (LIMA *et al*, 2017, p. 5).

Não se pode esquecer que o horizonte geopolítico da tríplice fronteira ainda ocorre por meio do processo de construção, ou seja, os atores geopolíticos estatais e a constituição de novos elementos geopolíticos ainda estão em processo de desenvolvimento. Um dos problemas que pode gerar inquietudes geopolíticas é a constituição da Ilha da Santa Rosa (PE), onde os processos depocisionais geomorfológicos e hidrológicos constituem um novo embate geopolítico (figura 3),

constituído um elemento discursivo importante entre os limites colombiano e brasileiro, e repercutindo uma nova ação peruana.

Figura 3 : Pivô Geográfico



Fonte: <https://divademochila.com.br/america-do-sul/colombia/triplice-fronteira-brasil/>
 Legenda:  A tríplice fronteira

O processo de deposição fluvial constitui a ilha de Santa Rosa no canal principal entre Tabatinga e Letícia, esse processo constitui um elemento importante demonstrando que em breve o canal existente entre as áreas urbanas será fechado em função da deposição, ao mesmo tempo ocorrerá um processo futuro de conurbação entre essas manchas urbanas. Analisando a figura 3 observa-se que o limite fronteiro foi ultrapassado pela ilha de Santa Rosa, adentrando o território colombiano; e o mesmo ocorrerá com Tabatinga futuramente. A questões geopolíticas em aberto pela remodelação das zonas de fricção por esses agentes naturais são interessantes, talvez pressionando pelo estabelecimento de novos limites fronteiros e incrementando as ações peruanas no tripé fronteiro.

Considerações finais

A zona de fronteira estabelece não apenas limites mas contatos entre os Estados territoriais, sendo espaços privilegiados de ação e projeção por constituir-se de um campo de forças friccionais. Portanto, difere de forma abrupta da demanda do restante do território, onde forças internas e externas remetem à diferentes funções ressignificadoras dos limites estabelecidos pela soberania.

A ideia de soberania vai insistir que a jurisdição não possa ser contestada por outros países, exigindo a assinatura de tratados internacionais. Assim, a fronteira é constituída por área de segurança internacional e práticas demonstrativas dentro da perspectiva do campo friccional, o campo de atuação e força, e de projeção, que termina influenciando diretamente nos limites institucionalizados pelos Estados. A constituição dessas unidades políticas e de suas soberanias constituem um campo de forças que baseia-se em interesses, projeções e idealizações, frequentemente desconsiderando outros fenômenos como no campo cultural e econômico, ou seja, o necessário integralismo que remete à própria vivência dos habitantes fronteiriços.

O sistema geográfico amazônico é um bom exemplo dessa disputa desde o surgimento dos Estados nacionais e dos fundos territoriais, onde seu domínio atual é guiado pelas heranças coloniais. Na visão peruana, a disputa por esse espaço vital e pela saída da grande bacia através de seu canal principal ainda é travada pelas ações subimperialistas; e isto exige um novo formato de fronteira através de forças friccionais. Em função dos litígios e pressões fronteiriças o Peru sem dúvida deixa isto muito claro.

Não se pode, em hipótese alguma, pensar que em função do tripé amazônico não estar consolidado. As ações do Estado de Loreto parecem cumprir esse destino manifesto do avanço fronteiriço peruano sobre os limites atuais da tríplice fronteira.

Referências

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. “A Geopolítica da Dependência como estratégia brasileira de inserção no Sistema Internacional”. **OIKOS**, Rio de Janeiro, Vol. 9, n. 1, p. 67-82, 2010.

ARBELAEZ, Gloria Rodrigues. Geografia da Localização dos Marcos Fronteiriços entre Letícia (COL) e Tabatinga (COL). 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Curso de Licenciatura em Geografia, CSTB- UEA, Tabatinga – AM. 2016.

GALINDO, Ana Beatriz Fuquene,; CORTES, Juan de la Cruz Gutierrez. “Geopolítica y Perdida de Territorio Colombiano”. **Revista Geopolítica Transfronteiriça**, Tabatinga, n. 2, Vol. 1, pp. 1-21, 2017.

LIMA, Wendell Teles de; OLIVEIRA, Ana Maria Libório de; ALVES, Sammya Christina de Oliveira; LACORTT, Marcelo; FILHO, Zequias Ribeiro Montalvam, SILVA, Eliuvomar Cruz da; BANDEIRA, Rosivaldo; BRAUN, Deloni de Meira Freitas; DANTAS, Marcos Mendonça “The Geopolitics South American in Badia Malagrida Carlos”. **International Journal of Pharmaceutical Science Invention**, Vol. 6, Issue 3 II, pp. 13-18, March, 2017.

LIMA, Wendell Teles de; OLIVEIRA, Ana Maria Libório de; SOUZA, Sebastião Perez de; RIBEIRO, Hélio Costa; SILVA, Iatijara Oliveira da; LACORTT, Marcelo. "A Ação do Estado Peruano na Formação da Fronteira de Fricção na Amazonia Ocidental". **Revista Geopolítica Transfronteiriça**, Vol. 1, nº 2, pp. 1-12, 2017.

MARTIN, André Roberto. **Fronteiras e Nações**. São Paulo: Contexto, 1997.

MACHADO, Lia Osório. Limites, Fronteiras, Redes. In: STROHAECKER, Tânia Marques. et al. (Org.). **Fronteiras e Espaço global**. Porto Alegre: AGB-Seção Porto Alegre, 1998.

MORAES, Antônio C. R. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.

OLIVEIRA, Márcia Maria de. "A mobilidade humana na tríplice fronteira: Peru, Brasil e Colômbia". **Estud. Avançados**, Vol. 20, n. 57, São Paulo, Mai/Ago. 2006.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, Lysias A. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Edição da Biblioteca Militar, 1947.

SEBBEN, Fernando Dall' Onda. "Separatismo e Hipótese de Guerra Local na Bolívia: Possíveis implicações para o Brasil". Monografia de Conclusão de Curso de Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

HARTSHORNE, Richard. **The functional approach in Political Geography**. Annals of the Association of American Geographers, 1950, n.d.

PARKER, G. **Geopolitics – past, present and future**. London: Pinter, 1998.

Recebido em março de 2019.

Publicado em julho de 2019.